
O ESPÍRITO DE TORDESILHAS E O FUTURO DA EUROPA
E DE PORTUGAL

Virgílio de Carvalho

O ESPÍRITO DE TORDESILHAS E O FUTURO DA EUROPA E DE PORTUGAL

O estudo da História, principalmente o da História Estratégica, é indispensável a um país como Portugal, que precisou duma estratégia muito especial, muito rigorosa, para formar e impor a sua identidade de nação e a sua individualidade de país na Península Ibérica. Estudo esse que deve ter em vista não só evitar a repetição de erros mas, também, considerar a aplicação de métodos e meios que tiveram êxito no passado, no que ainda for adequado, exequível e aceitável para garantir o futuro do País.

Não estudar uma História tão rica e tão instrutiva como a História Estratégica de Portugal, e não ter em conta as suas preciosas lições seria, antes do mais, cometer um crime de desperdício. E desperdício é um luxo a que uma pequena potência, de recursos económicos naturais não abundantes, não se pode dar. Principalmente porque, estando no caminho de importantes interesses de países mais poderosos, tem na sua geografia boas potencialidades a explorar e, simultaneamente, graves vulnerabilidades a proteger e a minorar.

O genial poeta-estratega Fernando Pessoa, na sua «Mensagem» (em «Nevoeiro»), falou dum Portugal a entristecer, dos portugueses a não saberm nem o que querem, nem a distinguirem entre o que é bem e o que é mal. É uma análise que reflecte preocupação e amargura quanto a ignorância e a decadência. Mas não pessimismo, porque tudo o que na obra de Fernando Pessoa aparenta isso serve-lhe, antes do mais, para exortar os seus compatriotas a reagir e a não esquecer os exemplos da História, nomeadamente quanto a caminhos conducentes ao êxito.

Por isso se entendeu conveniente aproveitar a oportunidade da comemoração da efeméride em questão para tentar mostrar o interesse do estudo da História Estratégica de Portugal, recorrendo, inclusivamente, a numero-

sas citações de diversos autores. O que parece ter o maior interesse, particularmente para uma juventude à qual não têm sido dadas as necessárias oportunidades para a conhecer. E que, decerto por isso, vem mostrando preocupante propensão para se deixar envolver por ignorâncias ingénuas e atrevidas susceptíveis de poderem vir a custar caro ao País. Propensão que contrasta, e muito, com a dos cidadãos de países que, como a Noruega, ou a Dinamarca, têm problemas similares aos de Portugal quanto ao projecto europeu.

Serve o referido para mostrar também quão oportuna é a iniciativa da publicação dum número especial da revista «Nação e Defesa» sobre o Tratado de Tordesilhas, por ele constituir um marco histórico da epopeia secular da viabilização geocultural, geoconómica e geopolítica de Portugal e do equilíbrio mundial. É que, numa altura em que a presente geração tem de virar uma página muitíssimo delicada da História de Portugal, em que há a compatibilizar a adesão ao projecto europeu com a histórica opção nacional atlântica de sobrevivência da sua identidade e da sua individualidade, torna-se muito conveniente recuperar as qualidades do Homem Português que tornaram possível o êxito desta. Homem Português que, na opinião de Sir Peter Wyche — referido no Apêndice da «Mensagem» de Fernando Pessoa organizada por António Quadros —, «foi tão notável pelo estudo do empreendimento dos descobrimentos, como pela bravura de empreendê-lo». Qualidades por conseguinte de lucidez, competência, rigor científico, criatividade, originalidade, organização, audácia, espírito de sacrifício e sentido da responsabilidade.

Também o historiador norte-americano contemporâneo, Daniel J. Boorstin, em «The Discoverers», afirmando que os Descobrimentos Portugueses foram um empreendimento organizado a longo prazo, e feito mais moderno e mais revolucionário de que as mais largamente celebradas proezas de Colombo, põe em relevo as excepcionais qualidades do Homem Português de então.

São qualidades que seria de facto muito conveniente recuperar agora, porque a verdade é que, para cumprir com riscos mínimos de sobrevivência um Portugal euro-atlântico, isto é, um País que não é apenas atlântico, mas também europeu, importa efectivamente realizar um esforço decidido,

mormente no domínio cultural, visando recuperar a cultura total do Homem Português. A qual precisa de incluir, a par da cultura clássica — literária e artística, de que apenas se fala hoje entre nós —, a cultura estratégica, empresarial, científico-tecnológica, geopolítica. Cultura total essa de que o supracitado Fernando Pessoa é bom exemplo. E recuperar também o espírito de missão.

É que a opção europeia, para um país que, como Portugal, é sem dúvida o que maiores riscos corre nela, dada a sua vulnerável geografia, precisa de ser assumida com o espírito e a preparação de epopeia que levou ao êxito da opção atlântica, e que foi definido por Stephan Zweig em «Fernão de Magalhães» do seguinte modo: «nunca uma nação se concentrou toda, tão generosamente, para o momento da vitória, como Portugal, pelos fins do Século XIV e princípios do Século XV».

De facto, se há um povo na Europa que precisa de saber, e jamais esquecer, o que deve querer, e como o pode conseguir, esse povo é o português. E, para começar, ele precisa de ter a consciência de que a Europa é ainda apenas um projecto, e que não é o fim cómodo e rápido da História de sobrevivência de Portugal. A Europa é, isso sim, um desafio bem difícil, e de novo decisivo para os portugueses, a requerer que o espírito de Tordesilhas seja preservado. O mesmo espírito, de saber e de querer, que aflorou quando, ante a impossibilidade de poder contar com a Galiza para viabilizar Portugal, os estrategos lusitanos se voltaram para o Algarve, que não descansaram enquanto não juntaram ao território nacional para lhe conferir a litoralidade centrífuga necessária para preservar o equilíbrio geopolítico e geoeconómico com Castela.

ANTECEDENTES GEOPOLÍTICOS DE TORDESILHAS

Já no Século X, um ilustre pensador geopolítico, que passou à História simplesmente com o nome de Mouro Razis, defendia a possibilidade da existência de duas Espanhas na Península Ibérica: uma ao sol nascente, outra ao sol poente, esta ao correr dos principais rios ibéricos.

Curiosamente, foi o próprio D. João II quem, aquando da formação da Espanha por Isabel de Castela e Fernando de Aragão, protestou contra aquela designação do novo país, alegando que, sendo Espanha a Península

toda, ficar-lhe-ia a faltar Portugal. Reacção que serviu não só para denunciar propósitos integracionistas da escola de pensamento geopolítico castelhano, como para avisar da determinação, muito clara, de lhes resistir.

Seja como for, a verdade que importa recordar, e reter, é que a formação da identidade da nação portuguesa decorreu dum processo de desvinculação progressiva — económica e cultural — do Condado Portucalense quanto aos reinos vizinhos, o qual terá levado mais de um século até à efectiva independência do País, em 1143. E que antecedeu portanto, em cerca de três séculos e meio, a constituição do Estado Espanhol, verificada apenas em 1492.

Como razões principais para tal desvinculação progressiva, segundo a maior parte dos historiadores nacionais e estrangeiros que se debruçaram sobre o assunto, contar-se-á como factor dos mais determinantes a circunstância de se ter concentrado em redor dos estuários dos rios do Condado Portucalense, que na época eram navegáveis até distâncias consideráveis da costa, uma burguesia fluviomarítima na qual também se contavam estrangeiros de várias procedências, atraídos pelas potencialidades deles. Estuários esses que, estando situados sobre a já então importante rota costeira entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo, tornaram possível ao País viver do mar e para o mar. Circunstância essa que criou uma intimidade terra-mar que conferiu ao Condado um género de vida que o separou progressivamente do corpo peninsular. Era essa, por exemplo, a opinião de António Sérgio, manifestada na sua obra «Breve Interpretação da História de Portugal»: «...estava a nossa costa a meio caminho, por mar, entre a Flandres e a Itália, os dois focos de desenvolvimento burguês; a linha de navegação do Atlântico vinha ligar-se nos nossos portos à linha de navegação do Mediterrâneo; ao que nos parece, é a este fenómeno geral europeu que se deve a independência de Portugal».

O reconhecimento de que a consecução da individualidade política do Condado Portucalense decorrerá da exploração da litoralidade e da maritimidade do seu território, terá suscitado entre os seus líderes a pretensão de formar um país ocupando todo o litoral atlântico da Península Ibérica. País a que acabou por faltar a Galiza, como atrás se referiu, o que reputados historiadores nacionais e estrangeiros, como Jaime Cortesão («História dos Descobrimentos Portugueses») e Dan Stanilawsky («The Individuality

of Portugal»), atribuem ao facto de os líderes e o povo daquela nação se sentirem económica e culturalmente mais ligados à Península Ibérica e à Europa — através das estradas dos peregrinos de Compostela — do que ao duro Atlântico.

Tivesse sido assim, ou não, o que é facto é que os estrategistas portugalenses não esmoreceram com o insucesso galego, e resolveram estender o território do nóvel País para o sul, por conquista aos mouros, na direcção dos grandiosos estuários do Tejo e do Sado, e dum Algarve que era preciso evitar que tivesse o mesmo destino da Galiza, para que Portugal não ficasse logo à partida inviabilizado geopolítica e geoeconomicamente entre duas pontas duma autêntica tenaz castelhana.

E a posse do Algarve, após avanços e recuos registados durante vários reinados, acabou por ser finalmente obtida por D. Afonso III, apenas em 1267, mais de um século após a proclamação da independência de Portugal, com dura e longa batalha diplomática com Castela durante cerca duns 20 anos que foram o primeiro sucesso do espírito de clarividência, de firmeza e de argúcia que haveria de frutificar também, mais tarde, em Tordesilhas. Um sucesso decorrente de persistente prossecução dum objectivo muito bem definido, jamais abandonado, e duma estratégia adequada, exequível e aceitável para o realizar, e que acabou por dar inteira razão ao supracitado Mouro Razis.

Objectivo e estratégia que tiveram em consideração o interesse de Papas, e de Cruzados que passavam ao largo da costa atlântica de Portugal nas suas penosas viagens de ida e volta à Palestina, em poderem contar com um país aliado em tão importante situação geoestratégica, «à esquina de dois mares» — o Atlântico e o Mediterrâneo — como diz Jaime Cortesão na sua obra atrás referida. Jaime Cortesão que, ainda na mesma obra, sintetiza o êxito da viabilização de Portugal na seguinte frase que constitui um trecho exemplar da História Estratégica do País, que bem precisaria de ser repetida até à exaustão, e que, nomeadamente, deveria até estar reflectida no Conceito Estratégico Nacional:

— «A História portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território: o primeiro, de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal voltado para o mar; o segundo, para utilizar as vantagens da sua posição no sudoeste da Europa e à esquina de dois mares; o terceiro, para explorar todas as possi-

bilidades da sua posição em relação à parte restante do planeta, conhecido e por conhecer.» E Jaime Cortesão concluiu que «na realização destes esforços, [Portugal] forjou a sua individualidade e, com ela, influiu na História da Humanidade».

Frase esta notável, que muito interessa ter presente, porque tem a ver com a utilidade que o processo estratégico de viabilização da individualidade de Portugal, e a vocação universalista que ele incutiu no seu povo — de que Tordesilhas é uma decorrência — teve para o Mundo. O que Alexandre Herculano salientou também em «O Bobo», no seguinte trecho:

— «era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo de homens de imaginação ardente, apaixonado do incógnito... e quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização actual do género humano seria o mesmo que é?». É que, na realidade, foi Portugal quem deu o arranque para o Novo Mundo a que hoje se vai chamando de «aldeia global».

E, já agora, será também de perguntar se a cultura portuguesa seria o que hoje é, particularmente no que toca à sua sensibilidade marcadamente universalista, se não tivesse havido por detrás uma cultura científico-tecnológica, geopolítica e estratégica, que tornou possível a concepção e o sucesso dos Descobrimentos e a formação do primeiro império oceânico da História?

De salientar ainda, em termos de História Estratégica, que o Papado actuou, afinal, por assim dizer, como se fosse uma primeira «potência marítima» a compreender o interesse que a existência de um Estado periférico-marítimo atlântico no «último ocidente da Europa» (desligado politicamente do resto da Península Ibérica) para o Mundo Marítimo que, por depender vitalmente do mar, precisa de ter um dos seus no controlo duma área onde convergem rotas oceânicas que lhe são vitais. Interesse esse que, já no presente século, após o termo da II Guerra Mundial, foi reiterado pelos EUA e seus aliados marítimos, ao quererem Portugal como único país ibérico membro fundador da Aliança Atlântica, apesar de tal não lhes ter sido solicitado pelo regime português de então, e de este não obedecer aos padrões democráticos da comunidade transatlântica.

Outra conclusão muito importante a referir é também a de que os estrategos que conceberam e conseguiram formar Portugal, e lhe deram condições de sobrevivência para fazerem dele o país com as fronteiras

mais antigas da Europa, souberam avaliar correctamente o potencial estratégico (poder potencial) do território a que lançaram mão, e souberam transformá-lo em poder efectivo (poder nacional), capaz de realizar o objectivo, apesar do encravamento do seu território mãe entre a Espanha e o mar, e da propensão hegemónica de Castela. O que confirma a opinião de Sir Peter Wyche referida no capítulo anterior quanto à qualidade do Homem Português, e da sua estratégia. Nomeadamente, aqueles estrategos souberam reconhecer e explorar o poder centrífugo dos estuários. O que Oliveira Martins, em «História de Portugal», reconhece também, ao escrever que, «sem Lisboa, Portugal não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação peninsular». A mesma Lisboa a que ele chamou «cabeça de gigante em corpo de pigmeu» onde, segundo Arnold Toynbee («Civilization of Trial») — que sustentava puderem grandes estuários ser berço de civilizações —, nasceu a Civilização a que ele chamou de pós-gâmica.

Aliás, já no presente século, no momento presente, o notável desenvolvimento económico de portos como Singapura e Hong-Kong foram inspiração para uma China que, tendo feito de catorze pólos portuários-industriais e comerciais locomotiva de desenvolvimento acelerado do país todo, está conseguindo o maior ritmo de crescimento económico do mundo, à espantosa taxa média de mais de 13%.

Mas do espírito centrifuguista lusitano, de que haveria de decorrer o de Tordesilhas, faz também parte o reconhecimento da influência do poder marítimo que o geoestrategista norte-americano A. T. Mahan (1840-1914), na obra «The Influence of Sea Power Upon History», considerou como sendo garante de riqueza em tempo de paz e de vitória em tempo de guerra. O que a epopeia do Portugal de Afonso de Albuquerque demonstrou, bons séculos antes da Inglaterra de Nelson, que foi eleita por aquele autor anglo-saxónico como exemplo para tal sentença, o ter feito também. Poder marítimo esse que, para Mahan, assenta fundamentalmente na sensibilidade dos povos e dos seus líderes para as coisas do mar, e cuja criação foi por certo a maior realização do Rei D. Dinis, «o Lavrador» que «plantou» as raízes da opção atlântica de Portugal. Sensibilidade que, segundo Mahan, leva várias gerações a criar, e que uma só pode destruir.

Na realidade, o poder marítimo oceânico, através da sua componente económica, permitiu a Portugal relacionar-se comercialmente com o exterior por forma segura (evitando os constrangimentos político-económicos da travessia do território espanhol), e desenvolver laços culturais e de sangue, que ainda hoje perduram, com vários povos do Globo. É que as fronteiras marítimas são fronteiras livres, e com muito mais países que as terrestres.

PORTUGAL — PRESENTE E FUTURO

Um país territorialmente pequeno não está, de forma alguma, condenado «a priori» a ser insignificante. Isto é, a ser um pequeno país, sem qualquer influência regional ou mundial. Provam-no hoje Estados bem mais reduzidos que Portugal do ponto de vista territorial, como a Suíça, a Holanda, ou a Bélgica (e até mesmo a simplesmente portuária Singapura), e outros maiores, como a Dinamarca, a Suécia, Taiwan, etc., cujas populações de boa cultura total, apesar de pequenas, conceberam e puseram em prática estratégias adequadas de afirmação nacional e de competitividade. Daí ser de repudiar, firmemente, a ideia-desculpa, pessimista, de que Portugal é um pequeno País.

É que Portugal também provou o contrário, ao impor-se como a única nação ibérica que conseguiu ser país, e ao obrigar o Papa de então a dividir o Mundo descoberto e por descobrir entre ele e a teoricamente mais poderosa Espanha. Como o provou ainda quando, ao assumir-se como a primeira potência marítima oceânica da História, após o êxito dos Descobrimientos e da batalha naval decisiva de Diu (ou Rumes) de 03 de Fevereiro de 1509, flanqueou o poder terrestre de então — O Império Otomano — como lembrou Lewis Tambs em «The Earth and the State», e contribuiu não só para conter o avanço dele para o Atlântico, como para empurrar a Europa para a sua era de maior grandeza — a do mar — escrevendo páginas de História que não têm paralelo nas de qualquer outro país europeu.

Serve o supracitado para lembrar também que o sucesso dos países depende muito mais da qualidade do seu factor humano, mormente da sua capacidade para entender correctamente as suas potencialidades e vulnerabilidades e as dos outros, e a sua região e o Mundo, do que das riquezas naturais do seu território.

O sucesso dos países é, com efeito, principalmente obra de racionalidade fria, de desenvolvida cultura científica, tecnológica e empresarial, de saúde física e ético-moral, de criatividade e de dedicação a um ideal que, ao fim e ao cabo, deve ser a procura persistente da realização das chamadas aspirações universais de Segurança, Desenvolvimento e Justiça. Sucesso duma cultura total susceptível de levar os povos, designadamente o português, a evoluir duma postura passiva de importador-comerciante para uma postura competitiva de produtor-exportador.

Os políticos, os estrategistas, os cientistas e os militares, e os homens de cultura que formaram, consolidaram e expandiram Portugal, deram efectivamente provas de terem entendido bem o Mundo, a Região Atlântica Ibero-Africana e o seu País, nomeadamente quanto a possibilidades de antagonismos e de alianças no caminho dos seus objectivos. Só que, tendo elevado o seu limitado país à condição (excessiva para o seu real potencial estratégico) de grande potência mundial oceânica, que conseguiram apesar de tudo manter durante mais de um século, criaram condições de desgaste para as quais Fernando Pessoa chamou a atenção, como atrás se aludiu, em devido tempo.

É que os países, como os homens, têm idade. Isto é, têm a sua juventude, que os impele a construir uma base territorial indispensável à sua viabilidade e à sua soberania; têm a sua adolescência, que lhes inspira tentações expansionistas; têm a sua maturidade, que lhes recomenda conservadora prudência; e podem atingir mesmo a senilidade, que os pode levar a excessos de comodismo, de lassidão e de confiança nos outros, propícios à sua própria fragmentação mortal.

Por isso, não será nada conveniente minimizar as vulnerabilidades do conjunto territorial português, que decorrem da sua descontinuidade marítima (tida por especialistas como a segunda mais perigosa condição de fragmentaridade potencial), e também do alongamento norte-sul do Continente (considerada como a terceira mais perigosa daquelas condições). As quais são agravadas pelas circunstâncias de o território espanhol estar totalmente interposto entre ele e a Europa, e de norte-americanos, franceses e espanhóis tenderem a querer ver passar entre os Açores e a Madeira a fronteira entre as áreas atlânticas de interesse estratégico da América do Norte e da Europa. Razões mais que suficientes para que não possam

ser esquecidas pelos portugueses as lições históricas da exploração de tais vulnerabilidades por países estrangeiros.

É pelo que foi salientado que o espírito de Tordesilhas — de promoção do equilíbrio mundial entre os maiores poderes — se reveste do maior interesse para o presente e para o futuro da Europa e de Portugal. Porque se põe agora à inteligência, à criatividade, à competência, à experiência acumulada ao longo da História, e ao querer dos cidadãos portugueses, o desafio de solucionar a complicada equação da compatibilização do projecto europeu com a histórica opção atlântica de sobrevivência do seu País, que não pode ser substituída por aquele. Esse é o grande objectivo de Portugal. E, tal como escreveu Daniel J. Boorstin na sua supracitada obra, a propósito de o sucesso do Portugal de Quinhentos ter sido fruto dum propósito claro, que exigiu forte apoio nacional, torna-se necessário seguir o exemplo dos antepassados. Um sucesso dum País que precisa de saber o que quer e que, pela força da sua criatividade, da sua competência e da sua determinação fria e esclarecida, é capaz de, como tem acontecido com outros países da sua dimensão, designadamente a Dinamarca e a Noruega, obrigar os condutores principais do projecto europeu a atentarem também muito seriamente em si. O que é muito importante para o único país da Lusofonia com lugar no Primeiro Mundo, o de membro da NATO e da União Europeia.

Quer o referido dizer que, uma vez mais na História, os portugueses têm pela frente um desafio decisivo que precisam, antes de tudo, de ver bem definido, para se prepararem e actuarem para o vencerem. E a primeira coisa a reconhecer é que a dificuldade de tal desafio decorre, antes do mais, do actual ambiente internacional de diálogo e de cooperação (que no espírito da nova ordem em tentativa de arranque se pretende que substituam violência e confrontação) para solucionar conflitos de interesses que sempre existirão entre parceiros que foram antagonistas abertos no passado, e cujo carácter, em boa parte influenciado pela estável geografia, tende a manter os seus traços essenciais. Ambiente que, sugerindo a ideia de que velhas ameaças não fazem agora mais sentido, e de que afinal em política poderá haver amizades, pode tornar os países mais vulneráveis, por menos atentos, em alvos mais fáceis para estratégias indirectas e subtis do tipo

Sun Tsu. O que aconselha a que devam ser desenvolvidas estratégias de defesa preventiva, legítimas, de desenvolvimento, que reforcem simultaneamente a segurança, as quais passam, antes do mais, por melhoria substancial da cultura total e da informação.

E o próprio espírito de secretismo que levou a Tordesilhas tem a ver exactamente com tais estratégias: com o desenvolvimento económico e cultural que desperte o respeito dos portugueses por si próprios e o dos outros, que produza autoconfiança e poder negocial, e que permitia a surpresa da oposição firme e racional das opiniões públicas nas alturas decisivas, em que, no mínimo, mostrem saber muito bem o que devem querer e, principalmente, o que não lhes é conveniente, nem lícito, aceitar.

E a verdade, que é preciso não camuflar ou omitir, é que projectos como o de concentrar para já (na actual fase de indeterminação do processo de integração europeia) toda a cooperação dos países membros com o chamado Sul em Bruxelas, bem como o de pretextar com a mesma integração europeia para mexer em rios internacionais e para integrar economias de regiões fronteiriças, devem, no mínimo, levar a levantar um pouco mais a guarda do País. Por exemplo, a desenvolver uma estratégia preventiva e legítima de robustecimento do «Mar» que, segundo o próprio Miguel de Unamuno, faz Portugal. Mar esse tomado no sentido lato, e que é factor de desenvolvimento em segurança, em que o litoral do Continente, os arquipélagos e as relações com outros povos marítimos, europeus e extra-europeus, com a Potência Marítima e com os países que falam português (mormente com o grande Brasil), têm um papel muito importante.

Portugal lançou os fundamentos da Nova Idade do Mar de que fala D. Boorstin na obra atrás referida. E, segundo futurólogos, a Humanidade pode estar no dealbar duma civilização predominantemente marítima. Ao que não será estranho o facto de cerca de 71% da superfície da Terra ser ocupada pelo mar, e o de nele se estarem a encontrar cada vez mais recursos que são muito importantes para a sobrevivência e o Bem-Estar da Humanidade, e que vão rareando em terra, como é o caso dos nódulos polimetálicos, dos hidrocarbonetos, do urânio, etc. Para não falar de água potável, de que a longínqua Antárctida é muito considerável reserva, e onde a falta do Portugal dos Descobrimentos e de Tordesilhas é verdadeiramente

chocante. Mar esse que já faz com que mais de 70% da população mundial tenha decidido viver a menos de 50 quilómetros dos litorais.

Quer isto dizer que os caminhos da Europa, cuja geografia lhe confere uma taxa de maritimidade (relação entre a extensão da fronteira marítima e a da terrestre) muito maior que a do próprio Portugal, passam também pelo Mar. Também os dela, que está igualmente entalada entre uma Eurásia continental poderosa e hegemónica, e o Atlântico da liberdade e do desenvolvimento em segurança.

Por isso, conforme aconteceu com as primeiras potências marítimas, como Portugal e Inglaterra, que optaram por passarem a ser aliadas clássicas da superpotência que nessa função lhes sucedeu, também a Europa o terá de fazer, ao constatar que, desde 1914, não tem conseguido sobreviver com soberania suficiente para preservar o seu género de vida sem apertar laços com a América do Norte, cimentando lentamente o que bem pode vir a ser a já chamada Comunidade Transatlântica. A qual já foi aliás objecto da Declaração Transatlântica de 22 de Novembro de 1990, que introduziu um quadro de consulta permanente em que não haverá separação dos assuntos económicos e de segurança entre europeus e norte-americanos. O que faz com que cumprir Portugal euro-atlântico, agora na sua vertente europeia, não seja antagónico — antes pelo contrário — com pugnar para se cumprir uma Europa atlantista.

Além do mais, o equilíbrio geopolítico entre o Mundo Marítimo e a superpotência continental durante a Guerra Fria — que representou o espírito de Tordesilhas no Século XX — foi conseguido com o acoplamento estratégico da América do Norte com a Europa Ocidental, que teve contributo decisivo para se evitar a progressão daquela superpotência continental na direcção do Atlântico. Acoplamento esse que é agora reconhecido como sendo a pedra angular do equilíbrio e da estabilidade mundial desejável para qualquer esquema de nova ordem mundial de que as superpotências são, naturalmente, os primeiros interessados e actores. Nova ordem essa sem a qual o próprio projecto europeu, que apenas pôde dar os seus primeiros passos durante a Guerra Fria em que aquele equilíbrio prevaleceu, e que precisa dele e da estabilidade global que ele proporciona para progredir, não será facilmente viável.

Quer o referido dizer que é indispensável a preservação da solidariedade e da coesão transatlântica, por ora ainda apenas assente na Aliança Atlântica, ou NATO, para conseguir um Tordesilhas da nova era, isto é, para dividir o Mundo entre as superpotências, durante uma primeira fase dela, a bipolar. O que passa por empurrar a área de influência da Rússia, no mínimo, para lá da Europa do Leste. Isto é, por a fixar, quando muito, na Comunidade de Estados Independentes que, com a Rússia, formaram a ex-URSS.

Por isso é que, como se dizia mais ou menos encobertamente nos primeiros tempos da NATO, esta aliança foi concebida para manter a Alemanha enquadrada no Mundo Atlântico, para manter a Rússia fora da Europa, e para manter os EUA nela. O que tem a ver também com o contra-tentativas de formar a falada «Fortaleza Europa» através do projecto geopolítico Euro-África que visa inserir uma superpotência europeia (assente num acoplamento geopolítico e geoeconómico Norte-Sul) entre as superpotências clássicas marítima e continental, retomando o papel de perturbador do equilíbrio mundial. E, ainda, evitar que um continente Euro-Asiático, por entendimento voluntário de potências continentalistas europeias e duma Rússia abundante em recursos económicos naturais, se torne num incontível poder continental.

A «parceria para a paz» poderá ser então uma tentativa de empurrar sem pressas a Rússia para o seu «habitat» natural, em ambiente de cooperação e diálogo, e de confiança, conforme com o «pensamento global» que é próprio de qualquer esquema de nova ordem mundial.

E o que é facto é que as perspectivas dum novo figurino de Tordesilhas, a consolidar com a Comunidade Transatlântica, seria extraordinariamente interessante para Portugal. Porque, numa Comunidade apenas europeia, o País tem uma sensível e difícil posição periférica, não apenas sujeita a conflitos entre áreas de interesse estratégico da Europa e da América do Norte, mas também a ver «invadidos» e esbatidos os seus laços especiais com os países que falam português. Enquanto que, numa Comunidade Transatlântica, teria uma posição central mais favorável à coesão do seu disperso conjunto territorial euro-atlântico, e também ao seu poder negocial como ponte entre duas margens do Atlântico Norte, e entre o Sul — principalmente o que fala português — e o Norte, que não é apenas europeu.

SÍNTESE CONCLUSIVA

O espírito de Tordesilhas para um Portugal universalista, digno, responsável, competitivo, motivado, e devidamente instruído e informado quanto ao que pode e deve querer, e sobretudo quanto ao que não pode aceitar, está em: não substituir a histórica opção atlântica de sobrevivência da sua identidade de nação e da sua individualidade de país pela opção europeia; em não confundir integração europeia com integração ingénua e precipitada ibérica; e em pugnar por uma Europa atlantista, isto é, não federalista herdeira de projectos continentalista perturbadores do equilíbrio geopolítico mundial. Para bem do País, da Europa de todos os países e nações que a coabitam, e do Mundo.

Espírito de Tordesilhas que, lembrando a opinião do citado Daniel J. Boorstin (para quem o êxito de Portugal «foi produto de um propósito claro, que exigiu forte apoio nacional, ...[e] grande protótipo de exploração moderna») aconselharia a que as forças políticas nacionais, pelo menos as que têm possibilidades de alternar pela via democrática no exercício do poder político, se entendessem de facto quanto a um «propósito claro» nacional, do tipo do que se preconiza, que em nada perturbe o equilíbrio peninsular, europeu e mundial.

16 de Maio de 1994.

Virgílio de Carvalho